



XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT-2 – ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

LEITURA DECOLONIAL DE MACUNAÍMA: APORTES PARA UM GLOSSÁRIO

MACUNAÍMA'S DECOLONIAL PERFORMATIVITY: CONTRIBUTION TO A REFERENCE WORK

Míriam Gontijo de Moraes. UNIRIO.

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A construção de obras de referência, a exemplo de glossários e outros trabalhos terminológicos, tem sido de grande importância para a área de informação. No campo da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, a elaboração destes instrumentos também se dá mediante uma postura crítica em relação ao eurocentrismo na representação do conhecimento em toda a América Latina. Como obra de referência, o Glossário Decolonial de Macunaíma é uma proposta que pretende elaborar um instrumento terminológico para a recuperação de informação, conforme a perspectiva decolonial no marco do movimento modernista brasileiro e se vê diante da necessidade de romper com esse cenário de silenciamento e subjugação de povos, etnias, classes e, ou, identidades de grupo. O projeto está sendo desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia, com o apoio da Fundação Carlos Chagas (FAPERJ) de acordo com o Edital 036 de 2021. Essa obra de referência pretende contribuir para a documentação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística, sob gestão do Ministério da Cultura, como instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. A estratégia metodológica é fazer o levantamento de conceitos, termos e expressões que compõem essa narrativa para a construção de um Glossário que pretende dar à obra uma releitura enfatizando aspectos da crítica decolonial. A proposta é também disponibilizar em suporte impresso e digital, no formato Eletronic Publication.

Palavras-Chave: Glossário Decolonial. Macunaíma. Terminologia.

Abstract: The construction of reference works, such as glossaries and other terminological works, has been of great importance for the information area. In the field of Organization and Representation of Information and Knowledge, the elaboration of these instruments also takes place through a critical posture in relation to Eurocentrism in the representation of knowledge throughout Latin America. As a reference work, the Decolonial Glossary of Macunaíma is a proposal that intends to develop a terminological instrument for the retrieval of information, according to the decolonial perspective within the framework of the Brazilian modernist movement and is faced with the need to break with this scenario of silencing and subjugation. of peoples, ethnicities, classes and/or group identities. The project is being developed within the scope of the Graduate Program in Librarianship, with the support of the Carlos Chagas Foundation (FAPERJ) in accordance with Public Notice 036 of 2021. This reference work aims to contribute to the documentation of the National Inventory of Linguistic Diversity, under the management of the Ministry of Culture, as an instrument for identifying, documenting, recognizing and valuing languages that carry a reference to the identity, action and memory of the different groups that form Brazilian society. The methodological strategy is to survey the concepts, terms and



expressions that make up this narrative for the construction of a Glossary that intends to give the work a reinterpretation emphasizing aspects of decolonial criticism. The proposal is also to make it available in print and digital format, in Electronic Publication Format.

Keywords: Decolonial Glossary. Macunaíma. Terminology.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da sua trajetória, a agenda de pesquisa na área de informação passou a problematizar não somente o grau de eficácia dos mecanismos de representação da informação, os procedimentos internos nas instituições de informação ou o atendimento às necessidades e lacunas cognitivas dos usuários. Apesar de sua origem tecnicista e positivista, houve espaço para a construção de problematizações e reflexões de natureza crítica no campo da organização e representação da informação e do conhecimento, para além de sua função imediata de dar respostas operacionais para os problemas exclusivamente de natureza técnica.

As dimensões ideológicas envolvidas nos processos de representação da informação e do conhecimento também estão na agenda de pesquisa. O estudo de Berman (1993) sobre a Lista de Cabeçalho de Assuntos da *Library of Congress* identificou uma série de manifestações de etnocentrismo, machismo, racismo na maneira como se busca prescrever formas de representar e classificar documentos. Após a realização da *International Conference on Conceptions of Library and Information Science*, ocorrida em Tampere, Finlândia, em 1991, começou a tomar corpo um paradigma “social” de estudo da informação, entendendo tal como construído por comunidades de usuários, destacando a ideia de intersubjetividade. As abordagens contemporâneas do campo têm refletido as questões colocadas por esse paradigma, tais como analisa Capurro (2003) e vislumbrados em outros estudos como o de Cornelius (1996), os estudos em “análise de domínio” (HJORLAND; ALBRECHTSEN, 1995), a perspectiva crítica e cultural da informação a partir do conceito de “regime de informação” (FROHMANN, 1995) bem como a perspectiva realista-dialética da informação (RENDÓN ROJAS, 2017) todas elas, voltadas para um entendimento mais complexo do papel ativo dos sujeitos nas relações com a informação, para a inserção dos fenômenos e processos informacionais nos contextos sócio-históricos concretos e no caráter reciprocamente referenciado da construção da informação e de suas representações e processamentos técnicos.



A construção de obras de referência, a exemplo de glossários e outros trabalhos terminológicos, tem sido de grande importância para a área de informação. No campo da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, esses instrumentos terminológicos para a recuperação de informação, também devem refletir a postura crítica do paradigma social notadamente em relação ao eurocentrismo na representação do conhecimento em toda a América Latina.

A diversidade cultural e linguística da região é muito pouco conhecida sobretudo quando se tem em mente o universo das línguas e culturas ameríndias e africanas sobreviventes ao silenciamento imposto pelos Estados, meios de comunicação e sistema educacional.

Para esse silenciamento ser rompido, conforme a perspectiva decolonial, é preciso uma postura crítica em relação, segundo SUESS e SILVA (2019, p.4), “às concepções dominantes de modernidade; às situações de opressões vivenciadas na América como consequências do colonialismo; ao conceito de raça como importante instrumento de dominação europeia”. Nesta perspectiva, a Ciência da Informação, especificamente a Biblioteconomia, tem grande responsabilidade em contribuir para romper com formas de silenciamento na Organização e Representação do Conhecimento, por meio de obras de referência que venham desmitificar preconceitos e contribuir para a quebra da colonialidade que marcam a estrutura do poder, o modo de ser e o modo de saber de uma comunidade nestas condições.

Como obra de referência, o Glossário Decolonial de Macunaíma é uma proposta que pretende elaborar um instrumento terminológico para a recuperação de informação, conforme a perspectiva decolonial no marco do movimento modernista brasileiro e se vê diante da necessidade de romper com esse cenário de silenciamento e subjugação de povos, etnias, classes e, ou, identidades de grupo. O projeto está sendo desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia, com o apoio da Fundação Carlos Chagas (FAPERJ) de acordo com o Edital 036 de 2021.

A estratégia para a elaboração da obra de referência é fazer o levantamento de conceitos, termos e expressões que compõem essa narrativa para a construção de um Glossário que pretende dar à obra uma releitura enfatizando aspectos da crítica decolonial. A proposta é a elaboração de um Glossário a ser disponibilizado em suporte impresso e digital,



no formato *Electronic Publication*, mais conhecido como ePub, que se tornou o padrão de livros e textos digitais especialmente para dispositivos móveis devido à sua característica de adequação a qualquer tipo de tela.

Essa obra de referência pretende contribuir para a documentação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística, sob gestão do então Ministério da Cultura, como instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, instituído pelo Decreto nº 7.387, de 9 de Dezembro de 2010, tendo em vista a necessidade de ações de fortalecimento de línguas identitárias e subsidiar os estudos nas áreas afins, dada a sua natureza epistemológica transversal, enriquecendo as políticas educacionais.

2 O PARADIGMA DECOLONIAL

Iniciamos esta proposta para uma obra de referência sobre a terminologia síntese de MACUNAÍMA com a reflexão sobre o neologismo DECOLONIAL. O termo Decolonial foi criado pelo Grupo Modernidade/Colonialidade (MC), em 1998, com o propósito de marcar a diferença específica em relação à proposta de análise de um processo histórico de descolonização via libertação nacional, identificada como o movimento Pós-colonialismo. Formado por intelectuais latino-americanos situados em diversas universidades das Américas, o Grupo MC propõe a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI por meio da noção de “giro decolonial”.

Tudo começou com o pós-colonialismo. O termo se desdobra no sentido de período histórico e nomeia também um movimento teórico. No seu aspecto relacionado ao tempo histórico, este se situa posterior aos processos de descolonização do chamado “terceiro mundo”, a partir da metade do século XX, identificados como os movimentos de independência, de libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo – especialmente nos continentes asiático e africano. Já o outro sentido do termo se refere a um conjunto de contribuições teóricas derivadas dos estudos literários e culturais, que a partir dos anos 1980 ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra. (BALLESTRIN, 2013)

O movimento teórico pós-colonialismo surgiu a partir da identificação de uma relação antagônica entre colonizado e colonizador. A relação colonial é uma relação antagônica: “[A]



presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas” (LACLAU; MOUFFE, 1985, *apud* BALLESTRIN, 2013, p.91).

Para o Grupo MC, a colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser. E mais do que isso: a colonialidade é o lado obscuro e necessário da modernidade; é a sua parte indissociavelmente constitutiva (MIGNOLO, 2003, p. 30). Com essa ideia, o grupo destaca os processos coloniais que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade. E mais: não existe modernidade sem colonialidade (QUIJANO, 2000, p. 343).

Temos na figura de Mário de Andrade a conexão com o paradigma decolonial acima alinhavado. Considerado a força motriz por trás da Semana de Arte Moderna de 1922, o evento que há 100 anos reformulou a literatura e as artes visuais no Brasil. Ele era também um membro do vanguardista "Grupo dos Cinco", formado pelo próprio Andrade, os poetas Oswald de Andrade e Menotti del Picchia, e as artistas Tarsila do Amaral e Anita Malfatti.

Mário de Andrade publicou em 1917 seu primeiro livro de poemas, “Há uma Gota de Sangue em Cada Poema”, sob o pseudônimo de Mário Sobral, evidenciando indícios de uma crescente percepção do autor em relação a uma identidade particularmente brasileira. Deixou a cidade de São Paulo e viajou para o campo iniciando uma atividade que continuaria pelo resto da vida: o trabalho de documentação sobre a história, o povo, a cultura e especialmente a música do interior do Brasil, tanto em São Paulo quanto no Nordeste brasileiro como também a Amazônia. “O Turista Aprendiz” é o título do diário de viagem do escritor modernista pela Amazônia no ano de 1927. Tal viagem foi emblemática na consolidação do pensamento de Mário de Andrade vinculado à temática nacional. A partir daí ele publicaria clássicos como “Clã do Jabuti” (novembro de 1927) e “Macunaíma” (1928), nos quais as referências à Amazônia são evidentes.

Ao longo da década de 1920, Andrade continuou viajando pelo Brasil, estudando a cultura e o folclore do interior. Ele começou a formular uma teoria das dimensões sociais da música folclórica, que é ao mesmo tempo nacionalista e pessoal.

Após a semana de arte moderna e sua repercussão nacional, publica em 1928 a Rapsódia Macunaíma, um romance sobre “O herói sem nenhum caráter”, de uma tribo indígena que vai para a cidade de São Paulo, aprende seus idiomas, português e brasileiro e



retorna. Mistura descrições da selva e da cidade com reviravoltas na fantasia. Quando o herói rural entra em contato com seu ambiente urbano, o romance reflete o encontro de idiomas e identidades.

Termina com a destruição deliberada de Macunaíma de sua própria aldeia. O modernismo, como o próprio Andrade descreveu, estava baseado no encontro produtivo de forças culturais na população diversificada do Brasil; em grande parte na distinção entre a cultura brasileira e o mundo e na documentação dos danos causados pelos efeitos remanescentes do domínio colonial. Segundo Grosfoguel (2008, p. 113) “às Américas chegou o homem heterossexual/branco/ patriarcal/cristão/militar/capitalista europeu” e, com ele, a reprodução dos padrões hierárquicos globais já existentes.

2.1 A colonização da América Portuguesa e sua terminologia conquistadora

A terminologia pode ser definida como um campo inter e transdisciplinar que envolve a descrição e o ordenamento do conhecimento (nível cognitivo) e a sua transferência (nível comunicacional), e tem como elementos centrais os conceitos e termos.” (LARA, 2005, p.3 *apud* BELUCHE, 2008, p. 119)

Em seu ensaio “ Línguas e Conquistadores”, Kiernan (1993), ao fazer um recorte diacrônico da trajetória de milhares de línguas que os povos já falaram, aponta as guerras e conquistas como “os mais poderosos árbitros dos destinos das línguas humanas”, pois quando são colocadas em contato sempre se influenciam, e os resultados, ao longo da história, variam : a língua intrusa pode suplantar a nativa (o Inglês na Irlanda); as duas podem se fundir em uma nova língua composta e até mesmo a língua nativa do conquistado se impor a do conquistador. A escravidão, segundo esse autor, com certeza teve efeito drástico, de forma que muitos grupos étnicos e indivíduos sofreram rupturas traumáticas com a mutilação de línguas e culturas.

Em síntese, a hipótese de Kiernan (1993) é a de que o resultado linguístico dos contatos entre povos dependerá de suas respectivas estruturas sociais, de seus costumes familiares e as formas de casamento (poligamia e monogamia). A existência de um alfabeto, a influência das mães, a religião, o sistema de escrita, a educação e o comércio são fatores determinantes neste resultado.

As línguas têm sido numerosas, mas os modos de escrita são mais restritos. O surgimento do alfabeto foi determinante. Segundo Eco (2018), é do Egito “de onde se brota toda a sabedoria originária, incluindo a de uma primeira escrita sagrada, capaz de exprimir a natureza



insondável de tudo aquilo que é divino”. Essa noção de que há apenas um alfabeto, derivado do egípcio, espalhado por quase todo o mundo em uma variedade extraordinária de formas é ainda uma controvérsia, e em seu ensaio Kiernan (1993) estima que o alfabeto apareceu no segundo milênio A.C, na região do Mediterrâneo caracterizada por um comércio de longo alcance. “Contatos múltiplos com povos distantes podem muito bem ter sacudido as convicções e os hábitos rotineiros, e a vocação desses povos para os negócios inculcaria neles o valor dos registros por escrito” (KIERNAN, 1993p. 265-266). Os governantes precisam de registros escritos e o alfabeto era uma ferramenta que representava uma imensa economia de esforços, alerta Kiernan (1993).

A religião e a atividade missionária também têm destaque no resultado linguístico dos contatos entre povos. Kiernan (1993) destaca que nas Américas, a atividade missionária teve o seu papel. Pregadores franciscanos difundiram a língua asteca (Nahuatl) pelo México; os jesuítas disseminaram o Guarani que, atualmente, ao lado do Espanhol, é uma das duas línguas nacionais do Paraguai; e o Asteca e o Maia foram escritos com caracteres latinos depois da conquista, garantindo sua sobrevivência num quadro em que o colonialismo europeu, segundo Franz Fanon, em sua obra “Pele negra máscaras brancas”(1967), este buscava destruir a cultura nativa a fim de salvaguardar sua posição de domínio. Albert Memmi na obra “O Colonizador e o Colonizado” (1957) também acusava o colonialismo europeu de impor aos povos nativos a crença de que suas línguas eram pobres e inadequadas, forçando a adoção da língua do colonizador.

Darcy Ribeiro em seu ensaio “A Invenção do Brasil” (1992) nos lembra que esta se deu de forma exaustivamente documentada e na sua avaliação nossa existência está intimamente relacionada a duas Bulas Pontificais que “nos deram nascimento como possessões europeias (...)e sacralizaram um processo brutal de desfazimento de povos e civilizações”. A primeira, a Bula *Romanus Pontifex*, de 1454, a qual o santo Papa Nicolau legaliza e sacramenta a expansão europeia; a segunda, a Bula *Inter Cetera*, de 1493, a qual um Papa Borgia, Alexandre VI, estendeu aos reis da Espanha o direito de apropriar-se do Novo Mundo e de escravizar os povos nativos que encontrassem apenas 01 ano depois de expedição de Colombo, nos moldes da Bula papal de 1454, que garantiu a D. Henrique de Portugal o duplo direito de apropriar-se das terras africanas e escravizar seu povo.



No entanto, a Bula papal *Veritas Ipsa*, promulgada por Paulo III em 1537, afirmava que as populações autóctones da América possuíam alma e que não deveriam ser objeto de maus-tratos ou escravizados.

Ao fazer uma abordagem crítica da situação dos indígenas na fundação da colônia portuguesa, Oliveira (2014) enfatiza que nesta perspectiva, é preciso esclarecer que a legislação colonial portuguesa sobre a escravidão dos índios estava assentada sobre premissas básicas que justificavam a noção de “Guerra Justa”. Tal noção e conceito tem origens, segundo o autor, muito anteriores ao “achamento” do Brasil, e estava relacionada a uma modalidade de cruzada ou guerra santa, que repercutia uma visão de mundo compartilhada entre teólogos, humanistas juristas e administradores. Uma terminologia colonialista nomeia, em terras brasileiras, formas de dominação e discriminação como era frequente tomar índios como cativos que ocorria tanto por terra em operações denominadas Tropas de Resgate, quando eram realizadas por terra, e Saltos quando eram realizadas por via marítima e fluvial em embarcações. A categoria “índios de corda” surge como a primeira tentativa de legitimar tal situação. Segundo a tradição jurídica ibérica, os inimigos eram classificados e nominados como súditos que aceitavam a conversão e se submetiam aos soberanos católicos; e os infiéis que deveriam ser combatidos mortos ou escravizados. Essa classificação e terminologia resultante deixava evidente que havia de dar à conquista um fundamento religioso para que essa se adaptasse aos parâmetros de uma “guerra justa”, inclusive estipulando como condições inaceitáveis à catequese do gentio, a continuidade de atuação dos pajés, as práticas de poligamia e antropofagia. Na avaliação de Oliveira (2014), não era suficiente somente o castigo aos infiéis, mas também era preciso salientar a conquista sob os aspectos ético e espiritual, não se restringido às dimensões política e econômica da colonização.

Em seu ensaio, Oliveira (2014) reinterpreta os eventos dos quais participaram os indígenas, retirando as populações autóctones de um lugar secundário, propiciado, segundo ele, pelo modo superficial e quase anedótico com que foram tratadas as populações autóctones. Para ele, a colonização portuguesa no Brasil foi resultado de um processo que se vai definindo progressivamente a partir do século XVI, em um primeiro momento focado na extração e comercialização do pau-brasil, seguido do início do povoamento como forma de manter o território, com a implantação das capitanias hereditárias. Um outro momento foi definido



como o da guerra justa, no qual os interesses da coroa portuguesa eram o de estabelecer a plena e total submissão da população autóctone dando início às ações missionárias.

Para se contrapor à pasteurização da noção de população autóctone, ele se baseia na classificação antropológica de Steward (1949) que identifica quatro tipos de autóctones das Américas baseados em características ambientais, e de estruturas sociais e categorizados nas macros categorias Terras Altas e Terras Baixas:

- 1) Tipo Autóctone das Terras Altas (Andes), foram identificadas populações que se caracterizam por apresentarem sociedades centralizadas e complexas, com sistema econômico diferenciado, instituições políticas especializadas, e comparáveis a de Impérios da antiguidade (Egito, Pérsia, Roma);
- 2) Tipo Autóctone das Terras Baixas, foram identificados: a) Cacicados (Ilhas, litoral do Caribe, Costa do Pacífico) – Apresentam uma razoável complexidade social cm diferenciação de classes com chefes locais e formas político-rituais entre aldeias, que podiam exceder um ou poucos milhares de moradores. b) Culturas de Floresta Tropical (Região Amazônica, Costa Atlântica até o Uruguai, Litoral sul do Pacífico do Peru ao Chile) - Organização social assentada no parentesco e no xamanismo e praticavam uma agricultura de coivara e exploravam recursos aquáticos; viviam em unidades de centenas de integrantes; c) Tribos Marginais (Savanas do Brasil Central, o Chaco, Cone sul do Continente englobando Uruguai e Argentina) – Organização social simples, atividade extrativista de coleta e caça e estruturados em pequenos bandos de dezenas de componentes;

Na avaliação de Oliveira (2014), tal classificação tem o mérito de evidenciar a enorme diferenciação existente entre as populações autóctones, permitindo uma leitura mais rica da literatura produzida na forma de testemunhos de cronistas e viajantes do século XVI. Mas as pesquisas arqueológicas e etnológicas mais recentes evidenciam as limitações e inconsistências da classificação de Steward, sobretudo no espaço brasileiro, notadamente nas várzeas ao longo do rio Amazonas, bem como outras partes da região amazônica e das chamadas tribos marginais.

Um exemplo apresentado por Oliveira (2014) é o da região do Alto Xingu, na qual o arqueólogo *Heckenberger* encontrou estruturas defensivas e grandes aldeias datadas do século XIV, e que em termos populacionais algumas aldeias xinguanas do século XV deveriam abrigar uma população de dezenas de milhares de pessoas. Também nas savanas e nos cerrados do Brasil



Central, habitados pelas tribos marginais, arqueólogos apontam para a prática da horticultura mesmo antes do aparecimento da cerâmica, em torno de 500 a.C.

Oliveira (2014) resgata também, em termos demográficos, que Steward, em 1949, avaliou em 1,5 milhão a população do Brasil no ano de 1500, coincidente à estimativa realizada pelo icônico historiador *Varnhagen*, e aponta que atualmente os números mais aceitos são os do historiador *John Hemming*, que tomou por base fontes quinhentistas e seiscentistas para criar índices de densidade populacional do território brasileiro em 28 nichos ecológicos identificados por ele, e que apontam para um total de 2,4 milhões de pessoas, tornando evidente que existia uma mesma ordem de grandeza demográfica entre colonizadores e colonizados, e que a população autóctone não poderia ser caracterizada como primitiva, rudimentar, nem dispersa e rarefeita, à época da “conquista”.

Além destes aspectos, Oliveira (2014) busca nesse ensaio caracterizar a experiência colonial portuguesa em suas diversas fases, como foi assinalado anteriormente, evidenciando a variação de acordo com as circunstâncias e ameaças de franceses e espanhóis à sua supremacia. No século XVI o objetivo da colonização portuguesa era o domínio do comércio marítimo e num segundo momento a conquista de territórios era apenas um meio de assegurar a supremacia marítima. A riqueza da nova terra foi identificada como o pau-brasil encontrado em abundância em todo o litoral. O bom relacionamento com os indígenas era desejável para preparar a madeira e embarcá-la. Foram surgindo intermediários, os chamados *truchements*, que se fixavam junto aos Tupis, aprendiam sua língua e passavam a agenciar o pau-brasil para os mercadores de outras nações, notadamente os franceses.

A riqueza da semântica conquistadora nos legou uma infinidade de termos a exemplo da “guerra justa”, que segundo Oliveira (2014), na perspectiva crítica, o aspecto de uma confrontação abstrata entre uma população primitiva e homogênea e colonizadores europeus portadores de cultura, na forma de justaposição de duas humanidades antagônicas e distantes, revela um encontro no qual a população nativa é caracterizada como bizarra nos costumes, exótica e transitória, caracterização essa que se ampara em uma avaliação de que essa cultura primitiva estava marcada por uma “ineficiência tecnológica e econômica”, aliada à sua inadaptação ao trabalho e acelerada tendência à desaparecimento como um processo natural dadas essas características. “Tudo concorre para deixar clara a condição efêmera daquele



encontro e a pequena importância dos indígenas na conformação do mundo colonial que irá se instaurar no futuro território da nação brasileira”, (OLIVEIRA, 2014, p.168).

Ao fazer a representação do nosso passado colonial, sem uma leitura crítica, reproduzimos e naturalizamos noções como o exotismo e o primitivismo autóctone, e reduzimos ao estereótipo uma diversidade ainda hoje desconhecida.

2.2 Aspectos performativos da obra Macunaíma na perspectiva decolonial

Segundo o filósofo John L. Austin, que na década de 40 se dedicou ao estudo da linguagem ordinária, a performatividade da linguagem é um conceito que pode ser pensado como uma linguagem que funciona na condição de uma ação social e tem efeito de mudança.

As ideias sobre o performativo implicam em diferenciar atos de fala (meras descrições ou fazer). Os atos de fala são definidos na perspectiva de Austin como sentenças usadas para realizar atos linguísticos que podem ser locucionários, ilocucionários e perlocucionários. Os atos linguísticos fazem parte de enunciados. Os enunciados podem ser constativos e performativos. Os primeiros descrevem ou relatam um estado de coisas e podem ser valorados como verdadeiros ou falsos se adequados ou não a um contexto ou circunstância. Já os performativos realizam ações.

A noção de texto performativo se relaciona às ações performativas identificadas como uma ordem, um pedido, uma advertência, uma ofensa, promessas, garantias, perguntas, apostas, vetos, apartes, protestos, pedidos de proteção, invocações que implicam a realização de uma ação.

Uma expressão performativa pode ser entendida como aquela que excede o texto, ou que vai além da comunicação intrínseca. Segundo Austin, a linguagem não apenas representa, mas também se transforma em ação. Este aspecto nos mobiliza a ir além da questão da representação dos termos e expressões contidos na obra Macunaíma, para identificar no romance síntese do modernismo brasileiro uma ação.

Nesta perspectiva que podemos interagir com a obra Macunaíma com o objetivo de destacar os aspectos de uma performatividade entendida como uma ação transformadora, além de ser uma obra documental da cultura ameríndia e africana. Vamos aqui nos restringir a alguns capítulos que nos dão a dimensão dessa performatividade crítica e decolonial. Em “Cartas às



Icamiabas¹ são evidenciadas várias intenções (ações) que representam essa postura crítica à modernidade, ao capitalismo, e aos valores de uma sociedade forjada no projeto colonial que nos foi imposto.

Voltando ao capítulo, o autor coloca questões como Porque o Herói, em contato com a “civilização” resolve mobilizar as Icamiabas por meio de uma missiva? A ação é esclarecedora destas intenções: tão somente para pedir dinheiro e de forma sorrateira e sub repticiamente (PROENÇA,1978, p.174). Na carta ele registra suas observações sobre a cidade de São Paulo e seus aspectos que a caracterizam como Máquina.

Em outro capítulo Pauí-Pódole, quando é narrado o episódio do Dia do Cruzeiro , ocasião em que “ um mulato da maior mulataria trepou numa estátua e principiou um discurso entusiasmado explicando pra Macunaíma o que era o dia do Cruzeiro”, as interrupções de Macunaíma ao discurso sobre o Cruzeiro do Sul, na forma de apartes de protestos, e finalmente ao assumir um protagonismo ao tomar a palavra e contrapor a narrativa da lenda indígena do Cruzeiro do Sul à versão oficial da data, também evidencia a postura crítica intencional de Mário de Andrade. Na lenda indígena, o feiticeiro Pauí-Pódole vai para o céu e se transforma na constelação conhecida como Cruzeiro do Sul, seguido de Kamayua que se transforma na Alfa Centauro do mesmo modo que Kunawa (planta leitosa) é a Beta Centauro (PROENÇA,1978,p.178).

Também no capítulo Macumba , o enunciado performativo nos leva ao Rio de Janeiro, no mangue, no terreiro da Mãe de Santo, Tia Ciata. O objetivo é pedir proteção de Exu para conseguir a Muiraquitã. A sessão começa com um Çairê (sairê) de saudação aos santos. Segundo Jafe (*apud* PROENÇA 1978, p.213) o capítulo faz referências à experiência vivida por Mário de Andrade sobre “uma macumba carioca desgeografada com cuidado, com elementos dos candomblés baianos e das pajelanças paraenses”. Este capítulo é um inventário das rezas, invocações para aparição de santos. Eis que Exu chega: “nem bem a reza recomeçou

¹ Icamiabas ou iacamiabas (do tupi i + kama + îaba, significando "peito partido") é a designação genérica dada a uma lenda de índias que teriam formado uma tribo de mulheres guerreiras. Compunham uma sociedade matriarcal, caracterizada por mulheres guerreiras sem homens. O termo designaria também um monte nas cercanias do rio Conuris (no atual território do Equador). Esta lenda teria dado origem, no século XVI, ao mito da presença das lendárias Amazonas na região Norte do Brasil. (Wikipédia)

feriado novo inventado pros brasileiros descansarem mais
Neologismo criado por Mário de Andrade sintetiza uma cena em que se descreve a consagração do novo filho de Exu, celebrada por todos os presentes em honra do filho novo do Ica, e que tem como fonte o Urare (curare) que é um veneno utilizado por indígenas da Amazônia na ponta de flechas (Jafe, 2016. P.214)



se viu pular no meio da sala uma fêmea obrigando a todos ao silêncio com um gemido meio choro e puxando um conta novo. Foi um tremor em todos e as velas jogaram a sombra da cunhã que nem monstro, retorcido para o canto do teto. Era Exu!” (PROENÇA,1978, p.164)

Em cena, uma polaca que era o “cavalo” e entra em transe. Em um certo momento Macunaíma “entra na dança e é consagrado filho de Exu e todos urarizam em honra do novo filho de Ica” (PROENÇA, p.164). O Herói pede vingança contra o gigante Piamã na forma de uma surra: “que vá pisando vidro entre espinheiros (urtigas) até o gelo dos Andes; que leve coice de bagual, uma chifrada de touro; fosse tomar banho salgado e fervendo, a dentada de um jacaré; os ferrões de 40 vezes, 40 mil formigas de fogo”, até não poder inventar mais nada que pudesse contribuir com a sua vingança. É narrada a performance de Exu que pega 03 pauzinhos de erva cidreira benta por padre apóstata, joga para o alto, faz encruzilhada, mandando o eu de Venceslau Pietro Pietra (o gigante Piamã) ver dentro dele para apanhar (PROENÇA, p.71). O Herói pega uma tranca e a aproximou de Exu com vontade “Deu que mais deu. Exu gritava me espanca devagar, que isto dói, dói, dói. Tenho família e isto dói, dói, dói”. Por fim, roxo de pancada sangrando pelo nariz e pela boca, pelos ouvidos, caiu desmaiado no chão (PROENÇA, p.71). “Lá no palácio da rua Maranhão em São Paulo tinha um corre-corre sem parada. Vinham médicos, veio a assistência. Venceslau Pietro Pietra sangrava todo urrando. Mostrava uma chifrada na barriga, quebrou a testa que parecia coice de potro”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revisitar Macunaíma na perspectiva decolonial é refletir sobre as contribuições da obra para a superação da modernidade colonial, rumo a uma transmodernidade que se propõe a pensar a modernidade/colonialidade de forma crítica, desde posições e de acordo com as múltiplas experiências de sujeitos que sofrem de distintas formas a colonialidade do poder, do saber e do ser (BALLESTRIN, 2013)

No marco das comemorações do bicentenário da nossa independência, o Brasil é ainda uma nação em que a diversidade cultural e linguística é muito pouco conhecida sobretudo quando se tem em mente o universo das línguas e cultura ameríndias e africanas sobreviventes ao silenciamento imposto pelo Estado, meios de comunicação e sistema educacional. As comemorações da independência também foram o mote para que, no ano do seu centenário, um grupo de intelectuais brasileiros marcasse a data com uma proposta de rompimento com um paradigma clássico e a busca de uma identidade própria. Nascia um modernismo brasileiro



de caráter antropofágico, no qual o indígena torna-se o espelho para todos os brasileiros, síntese de todo processo cultural brasileiro, que nos moldes antropofágicos trata-se de uma assimilação do outro como um processo cultural de alteração de si a partir de elementos alheios. No paradigma antropofágico do modernismo brasileiro evidencia-se a necessidade de incorporação de força de várias formas culturais que compõem as raízes culturais brasileiras, num gesto que acena para a descolonização da nossa cultura.

REFERÊNCIAS

- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, n.11, Brasília, maio- agosto de 2013, pp. 89-117.
- BELUCHE, R. Terminologia e linguagem documentária: uma perspectiva histórica. *Biblos* (Rio Grande), v. 22, p. 115-121, 2008.
- BERMAN, S. **Prejudices and antipathies: A tract on the LC subject heads concerning people**. 2nd ed. Jefferson: McFarland & Company.1993
- CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da informação. Trad. CABRAL, Ana Maria Rezende et al. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., Belo Horizonte, 10 de novembro de 2003. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003, 18 p. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 9 out. 2020
- CORNELIUS, I. Information and Interpretation. In: Peter Ingwersen, Niels O. Pors (Eds.) Proceedings CoLIS2. **Second International Conference on Conceptions of Library and Information Science: Integration in Perspective**. October 13-16, 1996.
- ECO, U. **A busca da língua perfeita na cultura europeia**. São Paulo, SP: Editora Unesp,2018.
- GOMES, M. A doutrina esquecida: Uma releitura de "Macunaíma". **Revista Hispánica Moderna** Año 54, No. 2, dez 2001, pp. 279-293.
- GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global". **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, 2008 p. 115-147
- FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying actor network theory. In: **ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE / ASSOCIATION CANADIENNE DES SCIENCES DE L'INFORMATION**, 23., Edmonton. Electronic proceedings... 14p.1995

Comentado [A1]: Caro autor, favor rever o espaçamento das referências conforme o Template do evento (espaçamento simples entre linhas e entre parágrafos). Rever também os elementos das referências conforme ABNT NBR 6023:2018 Informação e documentação – Referências – Elaboração



Disponível em: <http://www.cais-acsi.ca/1995proceedings.htm> Acesso em: 10 maio

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: Domain-analysis. *Jasis*, v.46, n.6, p.400-425, 1995.

KIERNAN, V. Línguas e conquistadores. In: BURKE, Peter e PORTER, Roy. (org.). Tradução de Álvaro Luiz Hattner. **Linguagem, indivíduo e sociedade: história social da linguagem**. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p.259-286.

LACLAU, E. & MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics**. Londres: Verso. 1985.

LARA, M. L. G. Linguagem documentária e terminologia. *Transinformação*, Campinas, n. 16, p. 232-240, set./dez.2004

MIGNOLO, W. **Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal 2003.

OLIVEIRA, J. P. de. Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica. In: FRAGOSO, João. **O Brasil Colonial: volume 1**/João Luís Ribeiro Fragoso; organização João Ribeiro Fragoso; Maria de Fátima Gouvêa. 1ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

PROENÇA, M. C. **Roteiro de Macunaíma**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

QUIJANO, A. "Colonialidad del poder y clasificación social". **Journal of world-systems research**, v. 11, n. 2, 2000, p. 342-386.

RENDÓN ROJAS, M.A. A informação e a dialética do desenvolvimento humano. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 22, n. 2, p. 293-319, out. 2017.

Disponível

<<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/30787/22010>>.

Acesso em: 30 maio 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2017v22n2p293>.

SUESS, R.C; SILVA, A.de S. A perspectiva decolonial e a (re)leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia. **Geog Ens Pesq**, Santa Maria, v. 23, e7, 2019.

Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/35469>

STEWART, J. H. The narrative population of South America. In: STEWARD, J.H. (ed) **Handbook of South American Indians**. Washington: Bureau of American Ethnology & Smithsonian Institution, 1949.